

## RESOLUÇÃO Nº 1379/2013 - CJ

Dispõe sobre julgamento do auto de infração nº 26501, em nome da empresa T.C.I. Transporte Coletivo Ituiutaba - ME, conforme Processo nº 201300029003897.

A Câmara de Julgamento da Agência Goiana de Regulação, Controle e Fiscalização de Serviços Públicos - AGR, no uso de suas atribuições legais e,

Considerando que o que dispõe o art. 19, da Lei nº 13.569, de 27 de dezembro de 1999, com a redação dada pela Lei nº 18.101, de 17 de julho de 2013, que trata da competência da Câmara de Julgamento para julgar, em primeira instância, os processos administrativos de autos de infração oriundos das atividades de fiscalização da AGR;

Considerando o que dispõe o inciso III, do § 4º, do art. 1º, da Lei nº 13.569, de 27 de dezembro de 1999 e do inciso III, do § 4º, do art. 1º, do Decreto nº 7.755, de 29 de outubro de 2012, que tratam da competência da AGR para regular, controlar e fiscalizar o serviço público ou a atividade econômica de transporte coletivo rodoviário intermunicipal de passageiros no Estado de Goiás;

Considerando que o interessado, embora notificado na forma legal, não apresentou defesa e levando em conta as manifestações técnica e jurídica, que passam a fazer parte integrante desta decisão;

Considerando o que dispõe a Lei nº 14.480, de 16 de julho de 2013, que trata da fiscalização do transporte intermunicipal clandestino de passageiros no Estado de Goiás;

Considerando que a empresa T.C.I. Transporte Coletivo Ituiutaba - ME, infringiu o art. 1º, inciso I, da Lei nº 14.480/2003, por executar transporte intermunicipal clandestino de passageiros, como serviço remunerado, no percurso Panamá / Itumbiara, foi autuada em 03/05/13, nos termos do auto de infração nº 26501;

Considerando a decisão da Câmara de Julgamento, em reunião realizada em 14 de novembro de 2013,

### R E S O L V E:

Art. 1º Manter, em razão de sua legalidade, o auto de infração nº 26501, em nome da empresa T.C.I. Transporte Coletivo Ituiutaba - ME, por descumprimento da legislação vigente.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua assinatura.

Câmara de Julgamento da Agência Goiana de Regulação, Controle e Fiscalização de Serviços Públicos, em Goiânia, aos 14 dias do mês de novembro de 2013.

Luiz José de Oliveira Júnior  
Coordenador